

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2010

Senhores Acionistas,

A Administração da **INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A. (IE MADEIRA)**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

Durante o ano de 2010, a IE MADEIRA atuou fortemente nos preparativos para possibilitar a execução das obras das Instalações de Transmissão dos Lotes “D” e “F”, vinculadas ao Leilão ANEEL nº 007/2008, do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira.

As aquisições dos principais materiais e a contratação das empresas que executarão os serviços de construção das instalações de transmissão foram concluídas.

A liberação fundiária da maior Linha de Transmissão em extensão já construída no mundo, vem sendo executada e conta com a instituição de Faixa de Servidão da Área de Passagem em 62% das propriedades que perpassam o seu traçado.

O início da execução das obras está condicionado à concessão da LI - Licença de Instalação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

O licenciamento ambiental dos 2 Lotes do Empreendimento, previsto inicialmente para ser concluído em 12 (doze) meses, já demandou, até o momento, mais que o dobro deste tempo e, desta forma, certamente impactará no atraso da conclusão das obras da Linha de Transmissão, do Lote “D” do Leilão ANEEL nº 007/2008, que inicialmente tinha prazo previsto de entrada em operação comercial para 26 de fevereiro de 2012.

Relativamente às obras de implantação das Conversoras, Lote “F” do Leilão ANEEL nº 007/2008, cujo prazo de conclusão está previsto no Contrato de Concessão para 26 de abril de 2013, não há impacto no cronograma de conclusão em decorrência do processo de licenciamento ambiental, até o momento.

O cumprimento do Plano de Negócio, estabelecido em novembro de 2008, quando da participação do Consórcio Madeira Transmissão no Leilão ANEEL nº 007/2008, do ponto de vista econômico-financeiro está sendo executado dentro da previsão inicial.

Ressalta-se que, a viabilização do Empreendimento já conta com financiamento de longo prazo enquadrado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e no FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, administrado pelo Banco da Amazônia S.A..

A efetiva contratação destes financiamentos de longo prazo depende da emissão da LI – Licença de Instalação a ser concedida pelo IBAMA.

Cientes da importância para o Sistema Interligado Nacional da entrada em operação comercial das Instalações de Transmissão a serem implantadas pela IE MADEIRA, sua Administração reafirma o compromisso de envidar todos os esforços para a sua conclusão com qualidade e no menor prazo possível.

1. Adequação das Práticas Contábeis ao IFRS

Ponto relevante a ser destacado é que as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 2010, estão sendo apresentadas em conformidade com o novo padrão contábil, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o qual determina a aplicação desta nova prática a partir do exercício findo em 2010. O ano de 2009 está sendo reapresentado sob as mesmas práticas contábeis para efeito de comparabilidade.

Neste processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, no ano de 2010 destacaram-se a aplicação do Pronunciamento Contábil que versa sobre a contabilização da Concessão de Serviços Públicos – ICPC 01, bem como a desconsideração do reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios.

Em 23 de fevereiro de 2010 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL editou a Resolução Normativa nº 396, instituindo a contabilidade regulatória, a qual passou a produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2011.

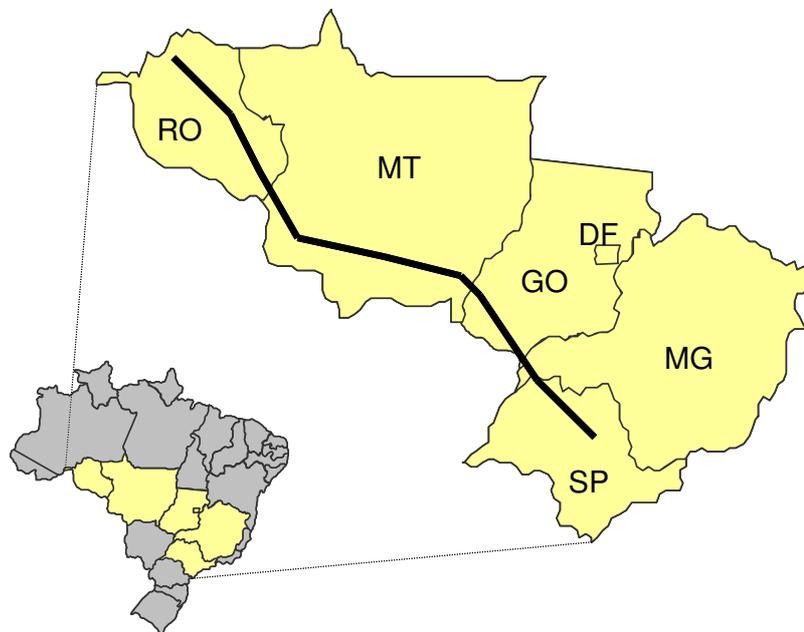
Desse modo, além da contabilidade societária já destacada acima, a IE MADEIRA deverá realizar, em atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, registros e demonstrativos contábeis auditados para o órgão regulador.

2. Perfil da IE MADEIRA

A IE MADEIRA é uma Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica atuando no setor de transmissão de energia elétrica, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, sendo responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão integradas à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, especificamente das instalações de:

- (i) Uma Linha de Transmissão, em Corrente Contínua, em ± 600 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de 2.383 Km, com origem na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo; e
- (ii) Duas Subestações, compostas pela Estação Retificadora de Corrente Alternada em 500 kV para Corrente Contínua em ± 600 kV, com capacidade de 3.150 MW, localizada na Subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e pela Estação Inversora de Corrente Contínua em ± 600 kV para Corrente Alternada em 500 kV com capacidade de 2.950 MW, localizada na Subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo.

Estas instalações de transmissão, integrantes do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira correspondem aos lotes “D” e “F” do Leilão nº 007/2008 – ANEEL. A linha de transmissão atravessará cerca de 82 municípios em cinco estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.



3. Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira

As Instalações de Transmissão a serem implantadas pela IE MADEIRA fazem parte do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, que adicionará uma capacidade de transmissão de aproximadamente 6.600 MW ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Do ponto de vista de geração de energia elétrica, o Brasil necessitará de um incremento anual de oferta da ordem de 3.300 MW médios no período de 2011 a 2015, segundo cálculos da ANEEL.

O Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, cujo prazo de conclusão é em 2015, visa atender essa demanda. Composto pelas Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, com capacidade de 6.600 MW de potência e aproximadamente 4.000 MW de energia firme, cuja energia será adicionada ao Sistema Interligado Nacional – SIN por duas principais Linhas de Transmissão de aproximadamente 2.400 km, duas Subestações e outras Instalações de Transmissão complementares.

Para mensurar a relevância deste Empreendimento, sua energia será suficiente para atender a demanda de 50% de todas as residências do Brasil.

O Empreendimento do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira é a maior obra em execução do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal.

Para implantação das Linhas de Transmissão a licitação da ANEEL apresentava duas alternativas: Corrente Contínua ou Corrente Alternada. A opção pela tecnologia de Corrente Contínua se apresentou como a mais viável do ponto de vista econômico, por ser a alternativa da menor Receita Anual Permitida – RAP, requerida pelos empreendedores.

A tecnologia de Corrente Contínua é utilizada para a transmissão de energia em longas distâncias e, atualmente, no Brasil é aplicada apenas na linha de transmissão da energia produzida pela Usina de Itaipu. A Linha de Transmissão de Itaipu tem aproximadamente 850 km de extensão.

4. Mercado de Energia Elétrica

Com base em dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 7,8% em 2010 em relação a 2009, passando de 388,7 mil gigawatts-hora (GWh) para 419,0 mil GWh. O mercado de energia elétrica em 2010 foi favorecido pelo desempenho da economia, com destaque para o crescimento do emprego e da renda e pelo aumento da oferta de crédito.

O segmento de maior destaque no ano de 2010 foi o industrial, cujo consumo cresceu 10,6% na comparação com 2009, para 183,7 mil GWh. Esse resultado supera os valores de consumo do ano de 2008, antes da crise. A região Sudeste foi a que registrou o maior crescimento no consumo de energia, na classe industrial, com crescimento no período de 13,1%, beneficiada pela recuperação extrativo-mineral, metalúrgica e siderúrgica nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A expectativa de alta no consumo de energia no país é de 5,4% em 2011. O Consumo de energia elétrica no país crescerá 4,8% ao ano até 2020. A previsão é que a demanda chegue a 730,1 mil GWh em 10 anos.

Os projetos na área de transmissão de energia elétrica do país, que incluem a construção de novas linhas de transmissão e subestações, deverão receber investimentos de pelo menos R\$ 8,5 bilhões nos próximos 5 anos. O montante é apontado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE no âmbito do Programa de Expansão de Transmissão – PET para o ciclo 2011-2015.

Entre os principais investimentos entre 2011 e 2015 estão a construção de 5.455 km Linhas de Transmissão (R\$ 4,4 bilhões) e 25 Subestações (R\$ 1,8 bilhões) assim distribuídos: Região Sudeste 543 km de LT e 1 Subestação; Região Sul 1.286 km de LT e 8 Subestações; Região Centro-Oeste 403 km de LT e 1 Subestação; Região Nordeste 1.641 km de LT e 11 Subestações; e Norte 1.582 km de LT e 4 Subestações.

5. Implantação do Empreendimento

Em 26 de fevereiro de 2009 foram assinados: (i) o Contrato de Concessão n° 013 – ANEEL referente ao Lote “D”, com prazo para a construção de até 36 meses, estabelecendo o prazo para operação comercial em 26 de fevereiro de 2012; e (ii) o Contrato de Concessão n° 015 – ANEEL referente ao Lote “F”, com prazo para a construção de 50 meses, estabelecendo o prazo para operação comercial em 26 de abril de 2013.

As realizações desses empreendimentos demandarão investimentos previstos em aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, garantindo Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 328 milhões por ano (base Nov 2008).

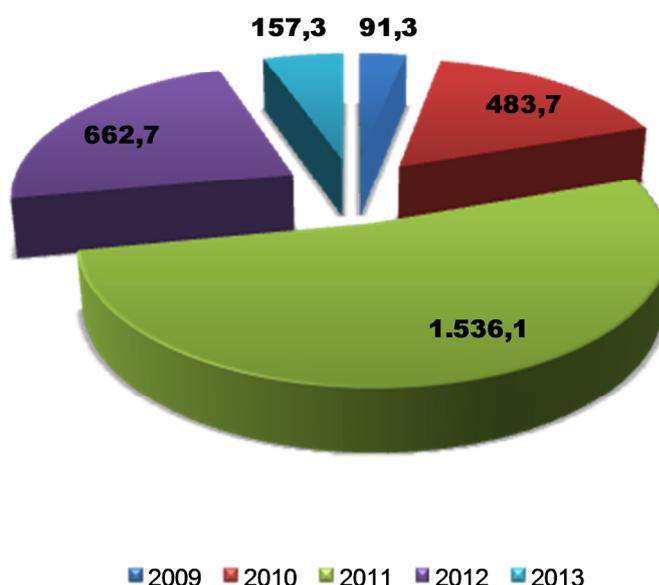
Esta obra criará 8.500 empregos diretos e aproximadamente 35.000 empregos indiretos, sendo que seus 2.383 km de extensão representam a maior linha de transmissão em corrente contínua do mundo.

a. Investimentos Previstos na Execução das Obras

No ano de 2010 os investimentos contabilizados, para construção do Empreendimento dos lotes “D” e “F” foram de R\$ 483,6 milhões, totalizando o investimento acumulado de R\$ 575,0 milhões.

O Orçamento Plurianual 2011 a 2013, aprovado pelo Conselho de Administração, prevê investimentos adicionais de R\$ 2.356 milhões para os próximos três anos. Desta forma, os investimentos totais para a conclusão dos lotes “D” e “F” são estimados em R\$ 2.931 milhões, conforme demonstrado abaixo:

Investimentos de 2009 até 2013 Em milhões de reais



b. Aquisições de Materiais e Serviços

Dentre as aquisições para a implantação do Empreendimento a IE MADEIRA contratou:

- (i) O fornecimento de 70 mil toneladas de alumínio, o que corresponde a 55% de toda a produção mensal nacional (em 2009 a produção nacional de alumínio foi de 128 mil toneladas/mês);
- (ii) O fornecimento de 48 mil toneladas de cantoneiras de aço, suficientes para a produção de cerca de 5 mil torres de transmissão (equivalentes a 53 mil toneladas de torres);
- (iii) A execução da construção da Linha de Transmissão, por meio da assinatura de 8 contratos, um para cada trecho de aproximadamente 300 km, da Linha de Transmissão;
- (iv) O fornecimento de 382 mil Isoladores, Ferragens para Cadeias, Ferragens para Estais, Cabos Estais, Cabos para raios;
- (v) O Fornecimento do Sistema de Corrente Contínua HVDC - (High-Voltage, Direct Current) das Conversoras do Bipolo 2, 3.150 MW; e
- (vi) Os serviços de implantação das estações conversoras.

c. Licenciamento Ambiental

O processo de licenciamento ambiental teve início formal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em janeiro de 2009, com a solicitação de definição do Termo de Referência – TR, o qual estabelece o escopo do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, a ser elaborado.

O Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA foram elaborados por um consórcio composto por quatro grandes empresas do setor, com sua entrega no IBAMA em 27 de abril de 2010. Ato contínuo, no período de 18 a 22 de setembro de 2010 foram realizadas audiências públicas em cada um dos cinco estados transpassados pela Linha de Transmissão, com objetivo de apresentar esclarecimentos sobre o Empreendimento e obter manifestações da sociedade, as quais são consideradas pelo IBAMA na avaliação de impacto e viabilidade ambiental do Empreendimento.

Após as análises e avaliações técnicas, o Empreendimento foi considerado ambientalmente viável, cuja manifestação se deu com a expedição pelo IBAMA da Licença Previa - LP, em 29 de novembro de 2010.

É importante destacar que, o processo de licenciamento ambiental do Empreendimento, previsto para durar doze meses, já demandou mais de dois anos.

O início das obras de construção da Linha de Transmissão e das Conversoras está na dependência da emissão da Licença de Instalação - LI pelo IBAMA, prevista para abril/2011.

d. Gestão Fundiária

A implantação e operação da Linha de Transmissão dependem basicamente da anuência dos proprietários para passagem em suas terras, que se dá formalmente pela Instituição Administrativa da Servidão da Área de Passagem da Linha de Transmissão.

Em 2010 a ANEEL expediu a respectiva Declaração de Utilidade Pública – DUP, que declara de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da linha de transmissão.

Para tanto, de um total de 2.946 propriedades transpassadas pela Linha de Transmissão, a IE MADEIRA em 2010 providenciou a formalização de contratos de instituição de servidão em 1.822 propriedades, pagando a devida indenização pelas restrições impostas pela convivência da Linha de Transmissão com as atividades desenvolvidas naquelas propriedades.

A conclusão da formalização da instituição de servidão de passagem está prevista para junho/2011.

e. Filiais IE MADEIRA

A IE MADEIRA em face do Empreendimento e das obrigações fiscais abriu cinco filiais, nos estados transpassados pela Linha de Transmissão, sendo: uma filial no Estado de Rondônia no município de Porto Velho; uma no estado do Mato Grosso no município de Cuiabá; uma no estado de Goiás no município de Jataí; uma no estado de Minas Gerais no município de Iturama; e uma no estado de São Paulo no município de São José do Rio Preto.

6. Os Acionistas da IE MADEIRA

Para participar do Leilão nº 007/2008 - ANEEL foi constituído o Consórcio Madeira Transmissão com a participação da CTEEP com 51,0%, FURNAS com 24,5% e CHESF com 24,5%.

Os Acionistas da IE MADEIRA são grandes empresas brasileiras do Setor de Energia Elétrica. No segmento de transmissão de energia elétrica, onde atua a IE MADEIRA, seus acionistas operam cerca de 50.000 km de Linhas de Transmissão:

- (i) **CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**, tem a tarefa de operar uma das mais importantes malhas de transmissão do País, composta por um complexo sistema elétrico de 12.271 km de extensão de linhas de transmissão, que totalizam 18.698 km de circuitos de transmissão, 105 subestações, em todo o Estado de São Paulo, com 498 transformadores em operação, totalizando uma capacidade de transformação instalada de 43.223 MVA e 2.488 km de fibra óptica; Participa em outros empreendimentos de expansão da transmissão de energia elétrica no Brasil, através de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPE).

- (ii) **FURNAS – Centrais Elétricas S.A.**, atua há mais de 50 anos nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A Empresa garante o fornecimento de energia em uma região onde estão situados 51% dos domicílios brasileiros e que responde por 65% do PIB nacional. De toda energia consumida no Brasil, mais de 40% passam pelo Sistema FURNAS. A participação da Empresa no suprimento é de 97% no Distrito Federal; 92% no Rio de Janeiro; 91% em Mato Grosso; 81% no Espírito Santo; 61% em Goiás; 58% em São Paulo; 45% em Minas Gerais e 16% no Tocantins. Conta, hoje, com um complexo de doze usinas hidrelétricas, duas termelétricas, mais de 19 mil km de linhas de transmissão e 49 subestações. A capacidade instalada da Empresa é de 10.050 MW, o que representa aproximadamente 10% da geração do País, sendo 7.971 MW instalados em usinas próprias e 2.079 MW em parceria com a iniciativa privada ou em Sociedades de Propósito Específico (SPE). Através de cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o estado do Paraná até São Paulo, FURNAS transporta 14.000 MW gerados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu; e
- (iii) **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF**, conta com um sistema de transmissão, cujas primeiras instalações tiveram operação iniciada em 1954, abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, é composto por 18.468 km de linhas de transmissão em operação, 83 subestações e 15 subestações elevadoras, totalizando uma capacidade de transformação de 41.558 MVA. No segmento de geração de energia elétrica possui 10.618 MW de potência instalada, correspondente a 12% do Brasil, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas através de 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de m³ d'água e 1 usina térmica bicomustível com 350 MW de potência instalada.

Cabe ressaltar que CHESF e FURNAS são sociedades de economia mista vinculadas a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, controlada pelo Governo Federal, e a CTEEP é uma empresa privada de capital aberto, controlada pela empresa ISA Capital do Brasil S.A. (ISA Capital), sociedade brasileira controlada pela empresa colombiana Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (ISA).

7. Governança Corporativa - Administração

A IE MADEIRA é administrada por um Conselho de Administração e por duas Diretorias.

O Conselho de Administração é formado por 4 membros titulares e igual número de suplentes, sendo 1 Presidente, 1 Vice Presidente e mais 2 Conselheiros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 2 anos.

A Diretoria é constituída por dois Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos, sendo um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Técnico, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

8. Benefícios Fiscais

a. REIDI

Os projetos em implantação pela IE MADEIRA foram enquadrados no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI, nos termos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, conforme as Portarias nº 164 e 165, de 03 de abril de 2009, publicadas pelo Ministério de Minas e Energia e Atos Declaratórios Executivos - ADEs nº 116 e 117, da 7ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, publicados em 02 de junho de 2009.

De acordo com artigo 4º, inciso I, da Lei nº 11.488/07, fica suspensa a exigência das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a aquisição de bens e prestação de serviços destinados as obras de infra-estrutura para incorporação ao ativo imobilizado, efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, quando os referidos bens e serviços forem prestados à pessoa jurídica beneficiária do REIDI.

b. ICMS - Mato Grosso

Em 21 de outubro de 2010 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso à adesão da IE MADEIRA ao Fundo Partilhado de Investimentos Sociais – FUPIS reduzindo a base de cálculo do ICMS em 70% (setenta por cento) nas operações e prestações com bens, mercadorias e serviços originários das regiões Sul e Sudeste.

c. ISS - Termo de Acordo

A IE MADEIRA vem celebrando com as Prefeituras por onde transpassa a Linha de Transmissão, cerca de 82 municípios, “Termo de Acordo para Pagamento do ISS”, que consiste em: (i) aplicação da alíquota efetiva, prevista na legislação; (ii) exclusão da base de cálculo do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza da parcela referente a material; e (iii) parcelamento do pagamento, pelo prazo de execução das obras.

9. Estrutura de Capital

A Estrutura de Capital da Companhia tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2010:

- a. Capital Próprio 37%:** no montante de R\$ 251.321 mil, dos quais R\$ 241.199 mil refere-se ao capital integralizado pelos seus acionistas, acrescido da Reserva Legal e Reserva de Lucro; e
- b. Capital de Terceiros 63%:** no montante de R\$ 421.900 mil, sendo que R\$ 354.293 mil são de financiamentos de curto prazo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a diferença de R\$ 67.607 mil referem-se a obrigações não onerosas.

10. Financiamento de Longo Prazo

Para a obtenção de financiamento de longo prazo a Administração da IE MADEIRA apresentou o Projeto à análise do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual enquadrou o Empreendimento como elegível ao apoio de financiamento, no montante máximo de R\$ 1,7 bilhão.

Do mesmo modo o Projeto foi apresentado ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, administrado pelo Banco da Amazônia S.A., o qual enquadrou o Empreendimento como elegível ao apoio do financiamento do Fundo com valor máximo de R\$ 319 milhões.

Adicionalmente, a IE MADEIRA tem efetuado gestões junto à outros órgãos financiadores, dentre os quais: (i) Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; (ii) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, administrado pelo Banco do Brasil S.A.; e (iii) FI-FGTS Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, administrado pela Caixa Econômica Federal. O objetivo é obter o montante total de R\$ 400 milhões de recursos de longo prazo destas fontes de financiamentos, com condições de amortização diferenciadas em relação ao BNDES.

A contratação dos recursos de longo prazo é iniciada após a obtenção da Licença de Instalação - LI do Empreendimento a ser emitida pelo IBAMA, com previsão de emissão para abril de 2011.

11. Desempenho Econômico Financeiro

A principal fonte de receita da IE MADEIRA é proveniente do uso do sistema de transmissão pelas Concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, cuja a receita em 2009 e 2010 estão relacionadas aos serviços de construção conforme determinação do IFRIC 12. Em consequência desta nova prática contábil, no exercício de 2010 as receitas brutas de construção atingiram R\$ 545.926 mil que, após as deduções dos tributos, resultou em receita operacional líquida de 508.244 mil.

O custo operacional da IE MADEIRA no montante de R\$ 487.386 mil em 2010 destacam-se: os Materiais R\$ 180.907 mil e os Serviços R\$ 301.556 mil relacionados a Construção da Linha de Transmissão e Subestações.

No mesmo sentido, o resultado operacional de R\$ 12.774 mil em 2010, considera os efeitos das despesas operacionais e o resultado financeiro.

O lucro antes dos impostos refere-se à margem de construção, definido pela Administração em 8,72% a.a..

A Administração da IE MADEIRA, considerando o atual estágio do Empreendimento propôs aos Acionistas na AGO – Assembléia Geral Ordinária de 2011, a retenção do lucro Líquido de R\$ 8.430 mil obtido em 2010, deduzido da Reserva Legal de R\$ 422 mil, resultando na retenção de R\$ 8.008 mil.

12. Responsabilidade Sócio Ambiental

a. Licenciamento Ambiental

Para os projetos da IE MADEIRA foi realizado Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental que, analisados pelo IBAMA, permitiu a emissão da Licença Ambiental Prévia nº 380, em 29 de novembro de 2010, com expectativa de expedição da Licença de Instalação para abril de 2011, juntamente com a ASV - Autorização de Supressão de Vegetação.

b. Programas Ambientais

Com o intuito de mitigar e compensar os impactos decorrentes da implantação e operação dos Empreendimentos foram estabelecidos e consignados junto ao IBAMA a implantação de 27 programas ambientais:

1. Programa de Gestão Ambiental;
2. Plano Ambiental para a Construção;
3. Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos;
4. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
5. Programa de Contratação de Mão-de-Obra;
6. Programa de Supressão de Vegetação;
7. Programa de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana;
8. Programa de Acompanhamento dos Processos Minerários;
9. Programa de Instituição da Faixa de Servidão;
10. Programa de Arqueologia Preventiva;
11. Programa de Detecção e Avaliação de Cavidades Naturais Subterrâneas;
12. Programa de Preservação de Sítios Paleontológicos;
13. Programa de Monitoramento da Flora;
14. Programa de Conservação da Flora;
15. Programa de Reposição Florestal;
16. Programa de Monitoramento da Fauna;

CNPJ:10.562.611/0001-87

17. Programa de Afugentamento, Resgate e Manejo de Fauna;
18. Programa de Prevenção de Acidentes com a Fauna;
19. Programa de Vigilância Epidemiológica;
20. Programa de Gestão da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho;
21. Programa de Educação Ambiental;
22. Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores;
23. Programa de Comunicação Social – Linha de Transmissão;
24. Programa de Comunicação Social – Eletrodos;
25. Plano de Ação para as Comunidades Quilombolas;
26. Projeto Básico Ambiental Indígena; e
27. Programa de Compensação Ambiental.

Adicionalmente, a IE MADEIRA providenciou a contratação de engenheiros com formação na área ambiental para acompanhar as frentes de obra, com o objetivo de orientar e fiscalizar os trabalhos construtivos, de modo a não permitir a ocorrência de Não Conformidades Ambientais.

13. Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a IE MADEIRA informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não estejam relacionadas com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

14. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da IE MADEIRA, ciente de seu papel de estar participando da construção de um importante Empreendimento para o setor de energia elétrica do Brasil, agradece a confiança de seus acionistas, fornecedores e colaboradores.

A Administração

Balanço Social Anual / 2010

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			508.244			91.193
Resultado operacional (RO)			16.455			901
Folha de pagamento bruta (FPB)			505			415
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	148	29,31%	0,03%	99	23,86%	0,11%
Encargos sociais compulsórios	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde	253	50,10%	0,05%	168	40,48%	0,18%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	75	14,85%	0,01%	10	2,41%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	476	94,26%	0,09%	277	66,75%	0,30%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	524	3,18%	0,10%	141	15,65%	0,15%
Total - Indicadores sociais externos	524	3,18%	0,10%	141	15,65%	0,15%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	26			19		
Nº de admissões durante o período	13			19		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	12			4		
Nº de estagiários(as)	1			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	9			9		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	10			6		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0			0		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		

CNPJ:10.562.611/0001-87

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010 Valor (Mil reais)			Metas 2011		
	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	206%			0	
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 79			Em 2009: 15		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	71% governo 0% acionistas	6% colaboradores(as) 13% terceiros	10% retido	67% governo 0% acionistas	20% colaboradores(as) 4% terceiros	9% retido
7 - Outras Informações						

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 07 de janeiro de 2009

Valores em milhares de reais

Ativo

	Nota	2010	2009	07.01.09
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa.....	5	9.480	12.791	1
Outras Contas a Receber.....		3	18	-
Despesas pagas Antecipadamente.....		1.441	2.171	-
		<u>10.924</u>	<u>14.980</u>	<u>1</u>
Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber.....	6	660.537	100.488	-
Impostos a Recuperar.....		1.476	250	-
		<u>662.013</u>	<u>100.738</u>	<u>-</u>
Permanente				
Imobilizado.....		284	268	-
		<u>662.297</u>	<u>101.006</u>	<u>-</u>
Total do Ativo.....		<u><u>673.221</u></u>	<u><u>115.986</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 07 de janeiro de 2009

Valores em milhares de reais

Passivo

	Nota	2010	2009	07.01.09
Circulante				
Financiamentos.....	7	354.293	13	-
Partes Relacionadas.....	16	590	783	-
Salários e Contribuições Sociais.....		305	290	-
Impostos a Recolher.....		186	75	-
Fornecedores.....		35	47	-
Outras Contas a Pagar.....		329	174	-
		355.738	1.382	-
Não Circulante				
Exigível a Longo Prazo				
PIS e COFINS Diferido.....	8	61.100	9.295	-
I. Renda e C. Social Diferido.....	9	5.062	718	-
		66.162	10.013	-
Patrimônio Líquido				
Capital Social.....	10	241.499	103.199	1
Reserva Legal.....	10	492	70	-
Reserva Especial.....		2.333	331	-
Reserva de Lucros.....	10	6.997	991	-
		251.321	104.591	1
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.....		673.221	115.986	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E ABRANGENTES
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Valores em milhares de reais

	Nota	2010	2009
			Reapresentado
Receita Operacional Líquida	11	508.244	91.193
Custo dos Serviços de Construção	12	(487.386)	(87.433)
Lucro Bruto		20.858	3.760
Despesas Operacionais			
Gerais, Administrativos e Honorários da Administração...	12	(4.403)	(2.859)
Receitas Financeiras.....		5.543	1.323
Despesas Financeiras.....		(9.224)	(114)
		(8.084)	(1.650)
Lucro Operacional		12.774	2.110
Imposto de renda e Contribuição Social			
Diferido		(4.344)	(718)
Corrente.....		-	-
Lucro Líquido		8.430	1.392
Lucro por Ação - Básico e Diluído por mil ações		0,05	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Além do lucro do período, não existiram outros resultados abrangentes. Desta forma, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Especial	Reserva de Lucros (Expansão)	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 07 de janeiro de 2009.....	-	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social.....	103.199	-	-	-	-	103.199
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	1.392	1.392
Destinação de Lucro Proposta à AGO						
Constituição de Reserva Legal.....	-	70	-	-	(70)	-
Reserva Especial.....	-	-	331	-	(331)	-
Reserva de Expansão.....	-	-	-	991	(991)	-
Saldos em 30 de dezembro de 2009.....	103.199	70	331	991	-	104.591
Integralização do Capital Social.....	138.300	-	-	-	-	138.300
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	8.430	8.430
Destinação de Lucro Proposta à AGO						
Constituição de Reserva Legal.....	-	422	-	-	(422)	-
Reserva Especial.....	-	-	2.002	-	(2.002)	-
Reserva de Expansão.....	-	-	-	6.006	(6.006)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	241.499	492	2.333	6.997	-	251.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Valores em milhares de reais

	2010	2009
Das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	8.430	1.392
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação.....	42	22
PIS/COFINS Diferidos.....	51.805	9.295
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	4.344	718
Juros.....	6.830	-
	<u>63.021</u>	<u>10.035</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Outras Contas a Receber.....	15	(18)
Despesas pagas Antecipadamente.....	730	(2.171)
Impostos a Recuperar.....	(1.226)	(250)
Contas a Receber.....	(560.049)	(100.488)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores.....	(205)	830
Impostos a Recolher.....	111	75
Salários e Contribuições Sociais.....	15	290
Outras Contas a Pagar.....	155	174
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais.....	(489.003)	(90.131)
Das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado.....	(58)	(290)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	(58)	(290)
Das Atividades de Financiamentos		
Integralização de Capital.....	138.300	103.199
Financiamentos.....	347.450	13
Caixa Líquido Originado nas Atividades de Financiamentos.....	485.750	103.212
Aumento (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa....	(3.311)	12.791
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo no Início do Período.....	12.791	-
Saldo no Fim do Período.....	9.480	12.791
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(3.311)	12.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em milhares de reais

	2010	2009
Geração do Valor Adicionado		
Receita de Construção.....	545.926	98.139
Receita Financeira.....	14.123	2.349
	<u>560.049</u>	<u>100.488</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Material.....	181.024	114
Serviço de Terceiros.....	303.146	83.771
Outros Custos.....	2.549	3.015
	<u>486.719</u>	<u>86.900</u>
Valor Adicionado Bruto.....	73.330	13.588
Retenções		
Quotas de Reintegração.....	42	22
Valor Adicionado Líquido.....	73.288	13.566
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras.....	5.543	1.323
Valor Adicionado a Distribuir.....	78.831	14.889
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho.....	4.338	2.959
Impostos, Taxas e Contribuições.....	56.149	10.013
Juros.....	9.224	114
Arrendamentos e aluguéis.....	690	411
Lucro Líquido.....	-	-
Constituição de reservas.....	8.430	1.392
	<u>78.831</u>	<u>14.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Valores em Milhares de Reais, Exceto Quando Indicado

1. Contexto Operacional e Concessões

Em 24 de outubro de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou o Edital do Leilão 007/2008 - ANEEL, no qual constavam os lotes a serem licitados e as regras de participação do leilão para concessão das Subestações e das Linhas de Transmissão que serão responsáveis pelo escoamento da energia produzidas pelas Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira – Santo Antônio e Jirau.

Em 20 de outubro de 2008, a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, FURNAS - Centrais Elétricas S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF constituíram o Consórcio Madeira Transmissão, com o objetivo de disputar os lotes “D”, “E” e “F” do Leilão 007/2008 - ANEEL.

Em 26 de novembro de 2008, em leilão realizado pela ANEEL na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e conduzido pela BM&F/BOVESPA, o Consórcio Madeira Transmissão foi o vencedor dos lotes D (LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2) e F (Estação Retificadora nº 02 CA/CC, 500/±600 KV – 3.150 MW e Estação Inversora nº 02 CC/CA, ±600/500 KV – 2.950 MW).

Em 18 de dezembro de 2008, foi constituída a Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE MADEIRA), concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica atuando no setor de transmissão de energia elétrica, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Em 7 de janeiro de 2009 houve o deferimento da inscrição do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

A IE MADEIRA é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, criada pelo Consórcio Madeira Transmissão, que é composto pelas empresas CTEEP (51,0%), FURNAS (24,5%) e CHESF (24,5%).

Em decorrência do leilão antes mencionado, em 29 de fevereiro de 2009 a IE MADEIRA celebrou dois contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica junto à ANEEL sendo:

- Contrato de Concessão n° 13/2009 – ANEEL tem como objeto o direito de explorar a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, composta pela primeira linha de transmissão de corrente contínua ± 600 kV, circuito simples, pelo prazo de 30 anos, com Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 176.249 mil, reajustado anualmente pelo IPCA e com revisão tarifária a cada 5 anos. O prazo para entrar em operação comercial é de 36 meses; e
- Contrato de Concessão n° 15/2009 – ANEEL com Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 151.788 mil, com prazo de 30 anos para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, composta pela estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ± 600 kV com capacidade de 3.150 MW localizada na Subestação coletora Porto Velho e pela estação inversora corrente contínua em ± 600 kV para corrente alternada em 500 kV com capacidade de 2.950 MW localizada na Subestação Araraquara 2. O prazo para entrar em operação comercial é de 50 meses.

A IE MADEIRA é responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, especificamente das instalações de duas subestações, compostas pela estação retificadora localizado em Porto Velho, e pela estação inversora localizada em Araraquara, além de uma Linha de Transmissão com extensão aproximada de 2.375 km, com origem na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia, e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo.

Estas obras fazem parte do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, que adicionará uma capacidade de transmissão de aproximadamente de 8.300 MW ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 01 de abril de 2011.

2. Sumário das principais práticas contábeis

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As mesmas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

b. Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras são as primeiras elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos “CPC 15 a 40”. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo “CPC” estão apresentados na nota explicativa nº 4.

c. Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”) e apresentadas em Reais, sua moeda funcional.

d. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para “impairment”.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado abrangente.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: **(i)** for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou **(ii)** no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou **(iii)** for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: **(i)** tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou **(ii)** o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

(iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o “CPC 38” e “IAS 39” permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 7 de janeiro de 2009 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa classificados ao valor justo por meio de resultado.

ii) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 7 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como mantidos até o vencimento.

iii) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: **(a)** empréstimos e recebíveis; **(b)** investimentos mantidos até o vencimento; ou **(c)** ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 7 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

iv) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 7 de janeiro de 2009, os ativos financeiros da Companhia são classificados nesta categoria, compreendendo contas a receber.

v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

vi) Baixa de Ativos Financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra companhia.

Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados que foi reconhecida em “Outros Resultados Abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “outros passivos financeiros”.

i) Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: **(i)** foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; **(ii)** faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e **(iii)** é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: **(i)** tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; **(ii)** for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou **(iii)** for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e IAS 39 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado abrangente.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 7 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro classificado como ao Valor Justo por Meio do Resultado.

ii) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 7 de janeiro de 2009, a Companhia possuía fornecedores e empréstimos.

iii) Baixa de Passivos Financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e classificados como valor justo através do resultado.

Essas aplicações financeiras são apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescido dos rendimentos até a data do balanço.

f. Tributação - Impostos Diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

g. Reconhecimento da Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

h. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: definição do valor justo dos serviços de construção, taxa efetiva de juros do ativo financeiro relacionado à construção, elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão:

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 6.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro:

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Companhia entende ter direito ao recebimento, conforme condições do contrato de concessão.

Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro:

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de construção:

Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro.

Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

i. Neutralidade para Fins Tributários da Aplicação Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2009-2010, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2008.

Dessa forma, o imposto de renda diferido, calculado sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/08 e MP nº 449/08 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2010.

j. Demonstração do Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

k. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico “CPC 09” – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na deliberação nº 557 de 12 de novembro de 2008. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de “IFRS” que Ainda Não Estão em Vigor e Não Foram Adotados Antecipadamente pela Companhia.

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2011 ou posteriores.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às “IFRS’s” novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do “CPC” e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo “CPC” e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e 2009.

a) Modificação da “IFRS 1” sobre a Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das “IFRS’s”.

Em 20 de dezembro de 2010, o “IASB” emitiu a modificação da “IFRS 1” – First-time Adoption of International Financial Reporting Standards “IFRS’s” que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das “IFRS’s”. As modificações substituem a data fixa de aplicação prospectiva de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as “IFRS’s”, de forma que os adotantes pela primeira vez das “IFRS’s” não tenham de aplicar os requerimentos de baixa da “IAS 39” retrospectivamente.

Não afeta a Companhia tendo em vista que a Companhia está apresentando o “IFRS” pela primeira vez em 31 de dezembro de 2010, com data do balanço de abertura de 07 de janeiro de 2009. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

b) Modificação da “IFRS 7” para Melhorias nos Requerimentos de Divulgações sobre Transferências de Ativos Financeiros

Em 7 de outubro de 2010, o “IASB” emitiu a modificação da “IFRS 7” – Financial Instruments: Disclosures contendo melhorias que aumentam os requerimentos de divulgações sobre transferências de ativos financeiros. Não foi alterada a orientação para a baixa de ativos financeiros que consta na IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement, que foi incorporada na versão revisada da IFRS 9 – Financial Instruments.

As modificações na “IFRS 7” requerem melhorias no atual nível de divulgação quando um ativo é transferido mas não é baixado, e introduz novas divulgações para ativos que são baixados, mas a entidade continua a ter uma exposição contínua ao ativo após a venda. O objetivo das mudanças é permitir melhor entendimento da relação entre os ativos financeiros transferidos e as obrigações financeiras e riscos associados com esses ativos.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia quando da adoção das modificações dessa norma. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida. Não são requeridas divulgações para qualquer período apresentado que inicia antes da data de adoção obrigatória das modificações.

c) “IFRS 9” – Instrumentos Financeiros (revisada em 2010)

Em novembro de 2009 foi emitida a “IFRS 9” – Financial Instruments e, em 28 de outubro de 2010, o IASB emitiu uma versão revisada desta norma, mantendo os requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros conforme versão publicada em novembro de 2009 e incluindo orientação sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Como parte da reestruturação da “IFRS 9”, o IASB também incorporou na norma revisada a orientação sobre baixa de instrumentos financeiros e o respectivo guia de implementação contidos na “IAS 39” – Financial Instruments: Recognition and Measurement.

A “IFRS 9” estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da “IAS 39” - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da “IFRS 9” relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com o “IFRS 9”, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a “IAS 39” e “CPC 38”, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia quando da adoção dessa norma. A versão revisada da “IFRS 9” tem a mesma data de adoção obrigatória que a sua versão anterior, 1º de janeiro de 2013. A versão revisada permite a adoção antecipada, mas se uma entidade decide aplicar a orientação relativa à classificação e mensuração de passivos financeiros antecipadamente, ela deve também aplicar qualquer outro requerimento da “IFRS 9” que tenha sido anteriormente finalizado naquele momento. A norma revisada deve ser aplicada retrospectivamente de acordo com a “IAS 8”.

d) Modificação da “IAS 12” sobre Impostos Diferidos: Recuperação dos Ativos Subjacentes

Em 20 de dezembro de 2010, o “IASB” emitiu a modificação da “IAS 12” – Income Taxes denominada Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets. O “IAS 12” requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia quando da adoção das modificações dessa norma. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

e) IAS 24 - Divulgação de Transação com Partes Relacionadas (revisada em 2009)

Em 2009, o “IASB” emitiu a modificação da “IAS 24” – Related Party Disclosures. A Norma revisada simplifica os requisitos de divulgação para as entidades que são controladas, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por um governo (referido como entidades ligadas ao governo) e modifica a definição de uma parte relacionada. A Norma exige a aplicação retroativa. Assim, no ano do requerimento inicial, divulgações para o período comparativo terão de ser corrigidas.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos da adoção desta norma revisada. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

f) Modificação da IAS 32 sobre Classificação de Direitos, Opções e Garantias

A modificação da norma “IAS 32” endereça os critérios para classificação de certos instrumentos expressos em moeda estrangeira como um instrumento patrimonial ou como um passivo financeiro.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia quando da adoção da modificação dessa interpretação. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

g) Modificação da “IFRIC 14” sobre Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento

Modificação da interpretação “IFRIC 14” ocorreu em novembro de 2009 para tratar das situações em que uma entidade adianta o pagamento das contribuições para atender a exigência do financiamento. Esses adiantamentos permitem que o benefício desse adiantamento seja reconhecido como um ativo.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia quando da adoção da modificação dessa interpretação. A modificação deve ser adotada obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

h) “IFRIC 19” – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais

Interpretação emitida em 26 de novembro de 2009 que trata de quando o passivo financeiro deixa de existir e em troca a entidade emite um instrumento de patrimônio.

Não são esperados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia quando da adoção da modificação dessa interpretação. A interpretação tem adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida.

i) Melhorias para as “IFRS’s” 2010

Em 6 de maio de 2010, o “IASB” emitiu documento chamado Melhorias para as “IFRS’s” 2010 (Improvements to “IFRS’s” 2010), incorporando alterações em sete normas. Esse é o terceiro conjunto de alterações emitidas através do processo anual de melhorias, que é designado para efetuar melhorias necessárias, mas não urgentes às “IFRS’s”.

A Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras provenientes da adoção dessas melhorias, mas não são esperados que esses impactos sejam relevantes.

A tabela a seguir resume todas as melhorias efetuadas em normas e interpretações existentes:

NORMA	OBJETO	DA	ADOÇÃO E TRANSIÇÃO
IFRS 1 – <i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>	Mudanças de políticas contábeis no ano da adoção		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
	Reavaliação como custo atribuído		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
	Uso do custo atribuído para operações sujeitas a preços regulados		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IFRS 3 – <i>Business Combinations (2008)</i>	Mensuração de participações não controladoras		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Deve ser aplicada prospectivamente a partir da data em que a entidade adotar a IFRS 3 (2008). A adoção antecipada é permitida.
	Pagamento de prêmios baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Deve ser aplicada prospectivamente a partir da data em que a entidade adotar a IFRS 3 (2008). A adoção antecipada é permitida.
	Requerimentos de transição para contrapartidas contingentes de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data de adoção obrigatória da IFRS 3 (2008)		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. A adoção antecipada é permitida.
IFRS 7 – <i>Financial Instruments: Disclosures</i>	Esclarecimentos sobre divulgações		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IAS 1 – <i>Presentation of Financial Statements</i>	Esclarecimento sobre a demonstração das mutações do patrimônio líquido		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IAS 27 – <i>Consolidated and Separate Financial Statements (2008)</i>	Requerimentos de transição decorrentes das modificações introduzidas pela IAS 27 (2008)		Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010. A adoção antecipada é permitida.

CNPJ:10.562.611/0001-87

IAS 34 – <i>Interim Financial Reporting</i>	Eventos e transações significativos	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.
IFRIC 13 – <i>Customer Loyalty Programs</i>	Valor justo de créditos de prêmio	Adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. A adoção antecipada é permitida.

4. Efeitos da Adoção dos Novos Pronunciamentos Emitidos pelo “CPC”

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os “CPC’s”. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa 2 em todos os períodos apresentados.

Na mensuração dos ajustes e preparação do balanço patrimonial, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no “CPC 37(R1)” - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas abaixo.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

Balanços Patrimoniais:

Item	31.12.2009		
	BR GAAP Anterior	Efeito da Transição dos Novos CPCs	BR GAAP Reapresentado
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa.....	12.791	-	12.791
Outras Contas a Receber.....	18	-	18
Despesas Antecipadas.....	-	2.171	2.171
	12.809	2.171	14.980
Ativo não Circulante			
Contas a Receber..... a	-	100.488	100.488
Impostos a Recuperar.....	250	-	250
	250	100.488	100.738
Imobilizado..... a	91.522	(91.254)	268
	91.772	9.234	101.006
Total do Ativo.....	104.581	11.405	115.986

31.12.2009			
Efeito da Transição dos			
Item	BR GAAP Anterior	Novos CPCs	BR GAAP Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Financiamentos.....	13	-	13
Partes Relacionadas.....	783	-	783
Salários e Contribuições Sociais.....	290	-	290
Impostos a Recolher.....	75	-	75
Fornecedores.....	47	-	47
Outras Contas a Pagar.....	174	-	174
	1.382	-	1.382
Não circulante			
PIS e COFINS Diferido..... a	-	9.295	9.295
I. Renda e C. Social Diferido..... b	-	718	718
	-	10.013	10.013
Patrimônio líquido			
Capital Social.....	103.199	-	103.199
Reserva Legal.....	-	70	70
Reserva Especial.....	-	331	331
Reservas de Lucros.....	-	991	991
	103.199	1.392	104.591
Total do Passivo.....	104.581	11.405	115.986

Demonstração de Resultado:

		31.12.2009		
		Efeito da transição		
		BR GAAP	dos novos	BR GAAP
Item		Anterior	CPCs	Reapresentado
Receita Operacional Líquida.....	a	-	91.193	91.193
Custo dos Serviços de Construção.....	a	-	(87.433)	(87.433)
Lucro Bruto.....		-	3.760	3.760
Despesas Operacionais				
Gerais, Administrativos e Honorários da Administração...		-	(2.859)	(2.859)
Receitas Financeiras.....		-	1323	1323
Despesas Financeiras.....	a	-	(114)	(114)
Lucro Operacional.....		-	2.110	2.110
Imposto de renda e Contribuição Social				
Diferido	b	-	(718)	(718)
Corrente.....		-	-	-
Lucro Líquido.....		-	1.392	1.392

Fluxo de Caixa:

	Item	31.12.2009		
		BR GAAP Anterior	Efeito da transição dos novos CPCs	BR GAAP Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.....	a/b	1.101	(91.232)	(90.131)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos.....	a	(91.522)	91.232	(290)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos.....		103.212	-	103.212
Aumento Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa...		12.791	-	12.791

Notas às reconciliações:

a) “ICPC 01” (equivalente ao IFRIC 12) – Contratos de Concessão

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 07 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação “ICPC 01” emitida pelo “CPC” (equivalente ao “IFRIC12” das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo “IASB”). Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Esta Interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso:

- (i) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (ii) o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do “ICPC 01”, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do “ICPC 01”, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos “CPC 17” – Contratos de Construção (equivalente ao “IAS 11”, conforme emitido pelo “IASB”) e “CPC 30” – Receitas (equivalente ao “IAS 18”, conforme emitido pelo “IASB”). Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.

O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento: **(a)** de valores preestabelecidos ou determináveis; ou **(b)** insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação “ICPC 01” foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

As disposições da “ICPC 01” foram aplicadas retroativamente para todas as concessões da Companhia, sendo recalculados os efeitos que a adoção teria em 7 de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução.

O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é reconhecido quando a construção é finalizada e reconhecida pela ANEEL e então incluídas no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Este ativo financeiro está classificado como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receitas financeiras apuradas sobre os ativos financeiros de construção estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos.

Os tributos PIS e COFINS são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

b) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Conforme pronunciamento “CPC 32” – Tributos sobre o lucro, o imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente.

c) Exceções Obrigatórias e Isenções Opcionais na Adoção dos Novos Pronunciamentos

Com base no “CPC 37”, é permitida na adoção inicial dos novos pronunciamentos a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas, porém a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito da seguinte forma:

Isenções Opcionais

- (i)** Mensuração do ativo imobilizado e intangível ao valor justo: a Companhia optou por não remensurar seu ativo imobilizado administrativo a valor justo (“deemed cost”) na data de transição optando por manter os ativos com base em seu custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- (ii)** Mensuração dos contratos de concessão: devido possibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a Companhia adotou o pronunciamento de forma retrospectiva desde o início da concessão.

Isenções Obrigatórias

Estimativas: as estimativas utilizadas nas práticas contábeis aplicadas após o balanço de abertura não devem ser ajustadas na data de transição, exceto se representarem mudança de política contábil ou existir evidência de erro. A Companhia manteve as estimativas utilizadas antes do balanço de abertura.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Descrição	2010	2009	07.01.09
Banco do Brasil		Caixa e Banco.....	(8.693)	3	1
Banco do Brasil	CDB/CDI	Aplicações Financeiras.....	18.173	12.788	-
			<u>9.480</u>	<u>12.791</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, com rentabilidade de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e possuem liquidez diária.

6. Contas a Receber

	2010	2009	07.01.09
Contas a Receber - Serviços de Construção..	660.537	100.488	-
	<u>660.537</u>	<u>100.488</u>	<u>-</u>

A Companhia detém a concessão para construção, operação e exploração da linha de transmissão de energia elétrica Coletora Porto Velho – Araraquara 2 e a Estação Retificadora nº 02 Porto Velho e a Estação Inversora nº 02 Araraquara.

O Conta a Receber se refere à prestação de serviços de construção. Este ativo financeiro está classificado como empréstimos recebíveis e é remunerado pela taxa efetiva de juros de 8,72% a.a.

As principais características dos contratos de concessão estão sumariadas a seguir:

Contrato	RAP em degrau	Índice de correção	Revisão Tarifária Periódica		Receita de construção - R\$ mil	
			Prazo	Próxima	2010	2009
013	Não	IPCA	5 anos	2014	213.188	71.639
015	Não	IPCA	5 anos	2014	332.738	26.500

Todos os contratos de concessão acima prevêem o direito de indenização no término de sua vigência.

7. Financiamentos

Em 11 de agosto de 2010 foram assinados os contratos de financiamentos do BNDES nº 10.2.0561.1 e 10.2.0561.2. nos valores de R\$ 292.593 mil e R\$ 108.777 mil respectivamente, perfazendo um limite de crédito de R\$ 401.370 mil. Este financiamento foi contratado com custo de TJLP + 2,80% a.a., garantias de 100% fiança bancária e vencimento em 15 de abril de 2011.

O saldo em 31 de dezembro de 2010 de financiamentos com BNDES perfaz um montante de R\$ 354.293 mil.

8. PIS e COFINS Diferido

Os impostos PIS e COFINS incidem sobre a receita de construção e financeira que remunera o ativo financeiro. O total destes tributos são R\$ 61.100 mil e R\$ 9.295 mil, em 2010 e 2009 respectivamente. O recolhimento devido irá ocorrer quando da entrada em operação da linha, efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Por aplicação do RTT (nota 2.j.), a Companhia não apresenta resultados para fins da apuração do IR e CSLL corrente por estar em fase pré-operacional. Portanto, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente das diferenças temporárias conseqüentes da aplicação dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC (informados na nota 4), principalmente da aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão. O montante registrado pela Companhia em conceito de Passivo por Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é de R\$ 5.062 mil e R\$ 718 mil, em 2010 e 2009 respectivamente.

10. Patrimônio Líquido

O capital social autorizado é de um R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). O capital social subscrito de R\$ 600.000 mil é representado por 600.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O capital social integralizado é de R\$ 241.499 mil (R\$ 103.199 mil em 31 de dezembro de 2009) e a sua composição acionária em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

Acionistas	Ordinárias	%
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.	305.999.996	51,0
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.....	146.999.998	24,5
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.....	146.999.998	24,5
Conselho de Administração.....	8	0,0
	600.000.000	100,0

A Sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social até o limite acima referido, emitindo, proporcionalmente, as ações correspondentes ao capital social.

Reserva Legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Destinação do resultado do Exercício

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro Líquido do Exercício.....	8.430	1.392
Constituição de Reservas		
Reserva Legal 5%.....	(422)	(70)
	8.008	1.322
Reserva Especial 25%.....	(2.002)	(331)
Reserva de Lucros.....	(6.006)	(991)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Considerando o atual estágio do Empreendimento, que demanda a captação de recursos através de financiamentos e aportes dos acionistas para a execução dos investimentos necessários à conclusão das obras a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da companhia. Portanto os montantes correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório pelos montantes de R\$ 2.002 e R\$ 331 correspondentes aos anos 2010 e 2009 serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia, segundo previsto no artigo 202 da lei 6.404.

Adicionalmente, e em linha com o descrito anteriormente, o saldo remanescente do lucro de 2010 e 2009 será destinado a uma reserva de Lucros para atender os requerimentos conforme orçamento de Capital aprovado pelo Conselho de Administração em 01 de Janeiro de 2011, condizente com o artigo 196 da mesma lei 6.404.

11. Receita Operacional

Composição da Receita Operacional Líquida:

	2010	2009
Receita Operacional		
Receita de Construção - (a).....	545.926	98.139
Receita Financeira (b).....	14.123	2.349
	<u>560.049</u>	<u>100.488</u>
Deduções a Receita		
COFINS.....	(42.564)	(7.637)
PIS.....	(9.241)	(1.658)
	<u>(51.805)</u>	<u>(9.295)</u>
	<u>508.244</u>	<u>91.193</u>

(a) Serviços de Construção:

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

(b) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

12. Custos dos Serviços de Construção e Despesas Gerais e Administrativas

			2010	2009
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal.....	(2.374)	(1.964)	(4.338)	(2.959)
Material.....	(180.907)	(117)	(181.024)	(114)
Serviço de Terceiros.	(301.556)	(1.590)	(303.146)	(83.771)
Depreciação.....	-	(42)	(42)	(22)
Outros.....	(2.549)	(690)	(3.239)	(3.426)
	<u>(487.386)</u>	<u>(4.403)</u>	<u>(491.789)</u>	<u>(90.292)</u>

13. Instrumentos Financeiros

a. Identificação e Valorização dos Instrumentos Financeiros

A IE MADEIRA opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras.

As principais fontes de recursos financeiros utilizadas para a realização do investimento, até 31 de dezembro de 2010, foram provenientes de aportes dos Acionistas e financiamentos do BNDES.

A IE MADEIRA não possui contratos de utilização de instrumentos financeiros derivativos, bem como, não celebrou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

b. Gerenciamento de Riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da IE MADEIRA podem ser assim identificados:

i. Risco de Crédito - a IE MADEIRA mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de serviços vinculados a rede básica, com cláusula de garantia bancária. Este Contrato terá início quando da entrada em operação das linhas de transmissão.

ii. Risco de Preço - as receitas (Receita Anual Permitida – RAP) da IE MADEIRA, a serem obtidas a partir da entrada em operação, são, nos termos do Contrato de Concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA no mês de julho de cada ano, tendo como data de referência inicial 26 de novembro de 2008.

iii. Risco de Taxa de Câmbio - a IE MADEIRA possui contratos em moedas estrangeiras para aquisição de alumínio e importações de equipamentos.

14. Seguros

A IE MADEIRA contratou o seguro garantia para cobertura pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas nos Contratos de Concessão n° 013/2009 e n° 015/2009, firmados junto à ANEEL. A vigência dos seguros iniciou-se em 26 de fevereiro de 2009 com vigência até 90 dias após o período contratual de construção das instalações de transmissão, ou seja, até 26 de maio de 2012 e 26 de julho de 2013. A importância segurada total é de R\$ 209.400 mil, sendo R\$ 109.500 mil para o Contrato de Concessão n° 013/2009 e R\$ 99.900 mil para o Contrato de Concessão n° 015/2009.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, de acordo com edital da ANEEL 007/2008 e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

15. Partes Relacionadas e Administradores

Os principais saldos das transações entre a Companhia, suas Controladoras e Administradores em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Controladores:

<u>Empresas</u>	<u>Natureza da Operação</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
		<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.....	Contas a Pagar	483	483
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.....	Contas a Pagar	94	287
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.....	Contas a Pagar	13	13
		<u>590</u>	<u>783</u>

A seguir, identificam-se as origens das principais transações, por empresa:

FURNAS, CTEEP e CHESF: ressarcimento dos custos incorridos no desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração dos relatórios ambientais das instalações de transmissão.

Administradores - Durante o exercício de 2010, os Administradores perceberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 1.179 mil (R\$ 1.052 mil em 2009), sendo contabilizadas como despesas com pessoal/administradores. Não foram concedidos benefícios adicionais aos administradores.

16. Eventos Subsequentes

Em 15 de março de 2011, o BNDES, por meio da Decisão de Diretoria DIR 226/2011 autorizou o reescalonamento dos créditos representados pelos contratos 10.2.0561.1 e 10.2.0561.2., onde postergou a data de vencimento do contrato de 15 de abril de 2011 para 15 de janeiro de 2012 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES por meio de contrato de financiamento de longo prazo o que ocorrer primeiro. Os respectivos aditivos contratuais estão em processo de assinatura na IE MADEIRA e seus acionistas CTEEP, CHESF e FURNAS os quais figuram no contrato como intervenientes.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2011

Gersino Saragosa Guerra

Diretor Administrativo e Financeiro

Antonio Dirceu Guimarães Machado

Diretor Técnico

Edson Fernando Gonzaga

Contador - CRC – 1SP232532/O-0 “S” RJ

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA:		
	Mandato	
	De	Até
Diretor Administrativo e Financeiro		
Gersino Saragosa Guerra	01/01/2010	31/12/2010
Diretor Técnico		
Antonio Dirceu Guimarães Machado	25/01/2010	31/12/2010
Roberto Ramos dos Santos	01/01/2010	25/01/2010

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Conselheiros Titulares:		
	Mandato	
	De	Até
Presidente		
Jorge Rodríguez Ortiz	01/01/2010	31/12/2010
Vice-Presidente		
Marcos Simas Parentoni	14/05/2010	31/12/2010
Luiz Henrique Hamann	13/04/2010	14/05/2010
Jorge Kotlarewski	01/01/2010	13/04/2010
Membros		
José Ailton de Lima	01/01/2010	31/12/2010
Pío Adolfo Bárcena Villarreal	01/01/2010	31/12/2010
Conselheiros Suplentes:		
	Mandato	
	De	Até
Membros		
Luiz Roberto de Azevedo	01/01/2010	31/12/2010
João Vicente Amato Torres	14/05/2010	31/12/2010
Celso de Oliveira Sant'Anna	13/04/2010	14/05/2010
Laércio Mazzo	01/01/2010	13/04/2010
José Nilton Ribeiro de Araújo	01/01/2010	31/12/2010
Celso Sebastião Cerchiari	01/01/2010	31/12/2010

DRAFT

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Interligação Elétrica do Madeira S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica do Madeira S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica do Madeira S.A., em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é opcional para a Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 01 de abril de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passeti
Contador CRC 1SP144343/O-3